Número 286/96

Esta 1.ª série do *Diário* da *República* é apenas constituída pela parte B



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

F	Presidência do Conselho de Ministros
	e Ministérios das Finanças
	e da Administração Interna
	•

Portaria n.º 725/96:

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Economia

Portaria n.º 726/96:

Cria no quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Económicas (IGAE) um lugar de primeiro-oficial da carreira de oficial administrativo, a extinguir quando vagar 4428

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Portaria n.º 727/96:

Altera o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas 4429

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Saúde

Portaria n.º 728/96:

Altera o quadro de pessoal do Hospital de São José 4429

Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças

Portaria n.º 729/96:

Altera o quadro do pessoal assalariado da Delegação Permanente de Portugal junto da OSCE em Viena \dots 4429

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Portaria n.º 730/96:

Portaria n.º 731/96:

Ministério da Economia

Despacho Normativo n.º 53/96:

Prorroga por um ano o prazo a que alude o corpo do $\rm n.^{o}$ 29 do anexo ao Despacho Normativo $\rm n.^{o}$ 469/94, com as alterações introduzidas pelo $\rm n.^{o}$ 3 do Despacho Normativo $\rm n.^{o}$ 30/95, de 17 de Junho (investimento na criação de remodelação e modernização de postos de informação turística) . 4433

Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Educação, para a Qualificação e o Emprego e do Ambiente

Portaria n.º 732/96

Cria, no âmbito do ensino não superior, o curso profissional de Técnico de Turismo Ambiental e Rural

4433

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 725/96

de 11 de Dezembro

O serviço de emissão de passaportes assenta num sistema de base de dados informatizado a nível nacional.

Considerando que nos serviços dos governos civis, a quem está cometida aquela emissão de passaportes, inexiste a carreira do pessoal de informática, sendo tais tarefas realizadas por funcionários da carreira de oficial administrativo dos quadros de pessoal dos governos civis;

Considerando ainda a necessidade de dar suporte técnico ao processo de informatização dos serviços que perpassa pelos governos civis:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Administração Interna e Adjunto, que aos quadros de pessoal dos governos civis constantes do mapa IX do anexo I a que se refere o n.º 1.º da Portaria n.º 290/87, de 8 de Abril, sejam acrescidos os lugares constantes dos mapas I e II anexos ao presente diploma.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Interna.

Assinada em 5 de Novembro de 1996.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa,* Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Administração Interna, *Armando António Martins Vara,* Secretário de Estado da Administração Interna. — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia,* Secretário de Estado da Administração Pública.

ANEXO I A QUE SE REFERE O N.º 1.º DA PORTARIA N.º 290/87, DE 8 DE ABRIL

MAPA I

Governos Civis de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Lisboa, Porto, Setúbal e Viseu

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Número de lugares
Informática	Programador	Programador especialista Programador principal Programador Programador Programador-adjunto de 1.ª classe Programador-adjunto de 2.ª classe	1
	Operador de sistema	Operador de sistema principal	2

MAPA II

Governos Civis de Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Número de lugares
Informática	Operador de sistema	Operador de sistema principal	2

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA

Portaria n.º 726/96

de 11 de Dezembro

Encontra-se a exercer funções há um ano na Inspecção-Geral das Actividades Económicas (IGAE) um funcionário do quadro de efectivos interdepartamentais (QEI) com a categoria de primeiro-oficial.

Havendo necessidade da sua integração e encontrando-se postos a concurso os lugares vagos na categoria de primeiro-oficial do quadro de pessoal da IGAE, importa proceder à sua criação.

Assim:

Nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 269-A/95, de 19 de Outubro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Finanças, da Economia e Adjunto, que seja criado no quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Económicas, constante do mapa anexo à Portaria n.º 321/93, de 19

de Março, mantido em vigor pela Portaria n.º 1485/95, de 28 de Dezembro, um lugar de primeiro-oficial da carreira de oficial administrativo, a extinguir quando vagar.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Economia.

Assinada em 5 de Novembro de 1996.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa,* Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Economia, *Jaime Ser-rão Andrez,* Secretário de Estado do Comércio e Turismo. — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia,* Secretário de Estado da Administração Pública.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 727/96

de 11 de Dezembro

Considerando que se encontra requisitada há mais de um ano, na Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, uma funcionária pertencente ao quadro de efectivos interdepartamentais, que está a satisfazer necessidades permanentes de serviço;

Considerando o interesse por parte da Secretaria-Geral na integração da referida funcionária e verificando-se a inexistência de lugares vagos na categoria de que a mesma é detentora, importa proceder ao alargamento do respectivo quadro de pessoal, criando o correspondente lugar.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 95/93, de 2 de Abril:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e Adjunto, que o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, aprovado pela Portaria n.º 771/93, de 3 de Setembro, seja aumentado de um lugar de chefe de secção, a extinguir quanto vagar.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Assinada 5 de Novembro de 1996.

Pelo Ministro das Finanças, Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa, Secretária de Estado do Orçamento. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Fernando Manuel Van-Zeller Gomes da Silva. — Pelo Ministro Adjunto, Fausto de Sousa Correia, Secretário de Estado da Administração Pública.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 728/96

de 11 de Dezembro

Encontram-se a exercer funções há mais de um ano no Hospital de São José, em regime de requisição, dois funcionários do quadro de efectivos interdepartamentais.

Havendo interesse na sua integração, importa proceder à criação dos respectivos lugares.

Assim:

Nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro, e do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Saúde e Adjunto, que sejam criados no quadro de pessoal do Hospital de São José, aprovado pela Portaria n.º 598/93, de 23 de Junho, com a alteração que posteriormente lhe foi introduzida, os seguintes lugares, a extinguir quando vagarem:

Pessoal docente:

Educador de infância — um lugar. Monitor de 3.ª classe — um lugar.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 6 de Novembro de 1996.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*, Secretária de Estado do Orçamento. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina.* — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia*, Secretário de Estado da Administração Pública.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL, DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS

Portaria n.º 729/96

de 11 de Dezembro

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, nos termos do n.º 6 do despacho conjunto de 30 de Junho de 1989, do § 1.º do artigo 19.º e do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 47 331, de 23 de Novembro de 1966, e do § 1.º do artigo 158.º do Decreto n.º 47 478, de 31 de Dezembro de 1966, na redacção do Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que seja alterada a alínea e) do n.º 1.º da Portaria n.º 951/90 de 8 de Outubro, relativa à composição do quadro do pessoal assalariado da Delegação Permanente de Portugal junto da OSCE

em Viena, por forma que seja criado um lugar de chanceler.

Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

Assinada em 11 de Outubro de 1996.

O Ministro da Defesa Nacional, *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino.* — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama.* — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*, Secretária de Estado do Orçamento.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 730/96

de 11 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 329/95, de 9 de Dezembro, que aprovou o Regulamento da Náutica de Recreio, prevê no artigo 47.º que as embarcações de recreio estrangeiras em portos nacionais estão sujeitas ao controlo das autoridades portuguesas.

No exercício do controlo referido, a autoridade nacional competente deve entregar, logo que a embarcação de recreio estrangeira entre em porto nacional, ao comandante da embarcação um exemplar do livrete de trânsito, para que este o preencha e assine.

Nos termos do n.º 3 do referido artigo 47.º, compete ao Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território fazer aprovar por portaria o necessário livrete de trânsito.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, o seguinte:

- 1.º Por este diploma é aprovado o modelo do livrete de trânsito constante do anexo ao presente diploma e dele fazendo parte integrante.
- $2.^{\rm o}$ O presente diploma entra em vigor em 30 de Novembro de 1996.

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Assinada em 18 de Novembro de 1996.

O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho.*

ANEXO Livrete de trânsito

TRENTE.	VERSO
REPÚBLICA PORTUGUESA	OBSERVAÇÕES NOTES
EMBARCAÇÕES DE RECREIO PLEASURE BOATS	1. Os passageiros ou tripulantes que pretendam permanecer no país ou dele sair, utilizando outro meio de transporte devem apresentar-se à autoridade de controlo de fronteira, fazendo prova de que se encontram nas condições previstas, nos artºs. 5º. a 7º. do Decreto-Lei nº. 59/93, de 3 de Março, para entrada e permanência em território nacional.
LIVRETE DE TRÂNSITO de	Passengers or crew who wish to remain in the country or to leave it by another means of transport, must present themselves to the border control authorities and prove they are under the provisions of article 5. to article 7. of Decree-Law n 59/93, of 3rd March 1993, in order to enter and to remain in Portuguese territory.
EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS TRÂNSIT CAR FOR FOREIGN BOATS	As informações gerais constantes deste <i>Livrete</i> devem ser escritas pelo comandante da embarcação com letra bem legível (letras maiúsculas).
(NÃO REGISTADAS NA U.E.) (NOT REGISTERED IN E.U.)	The general information required in this card must be written legibly (in block letters) by the captain of the boat.
N.° a) Em / / 19	
a) Autoridade do porto de entrada b) Assinatura e carimbo do representante da autoridade do porto de entrada	

ECLARO QUE ESTAS INFORMAÇÕES SÃO CORRECTAS E CONFORMES OM A VERDADE. rechy declare these answers correct to the best of my knowledge and belief. declare ces répontes conformes a la verité. O COMANDANTE The captain - Le commandant		FRENTE	VERSO
CONNALIDADE: Nationality - Nat	GENERAL INFORMATIO	INFORMATION	
NOME - Name - Nom Nome -	NOME- Name - Nom NACIONALIDADE - Nationality - Nationalite PROPRIETÁRIO -Owner - Proprietaire	Port and N°. of Register - N°. et port d'attache TIPO - Type MORADA - Adress - Habiter	VISAS AND NOTES NOTA: - Concessão do visto no porto de entrada pelas autoridades:
NOME – Name – Nom Nationality = Name Note Presupency	ARCA - Mark - Marque NO DE CONSTRUÇÃO - year of construction - année de construction DMP. CASCO - Length overall - longueur hors tout	NÚMERO - N°. MARCA - Mark - Marque POTÉNCIA - Power -Puissance(KW)	By Port Authority - By Customs Authority - By Sanitary
these on board or has there been during the voyage any case of disease which you assigned to be of an infections nature?	NOME – Name – Nom	Nationality - Passport N.	
(CIO DA VIAGEM EM/ / 19 NO PORTO DE	there on board or has there been during the vivyage any case of dis of an infectious nature? 		
The captain - Le commandant	ICIO DA VIAGEM EM// 19 rage starting on ciation du voyage au ECLARO QUE ESTAS INFORMAÇA	NO PORTO DE	
autoridade do porto de entrada	reby declare these answers correct to the best of my kno		

	FRENTE	VERSO
GENERAL II	ÕES GERAIS CÓPIA №.1 ***CRIMATION** S GENERALES AUTORIDADE DO PORTO DE ENTRADA	OBSERVAÇÕES <i>NOTES</i>
NOME- Name - Nom NACIONALIDADE - Nationality - Nationalité	PORTO E NÚMERO DE REGISTO Port and № of Register - № et port d'attache TIPO - Type	
PROPRIETÁRIO -Owner - Proprietaíre	MORADA - Adress - Habiter	
EMBARCAÇÃO - Boat - Bateau MARCA - Mark - Marque ANO DE CONSTRUÇÃO - year of construction - année de construction (m) COMP. CASCO - Length overall - longueur hors tout DAS PESSOAS EMBARCADAS - PERSONS ON	MOTORES - Motor - Moteur NÚMERO - № MARCA - Mark - Marque POTÊNCIA - Power - Puissance (KW)	
NOME Name Nom	Nacionalitade - N." de Pr ssaporte Nationality - Passpo t N. Nationalité - N." du Passeport	
Hil on house a bords durante a viagem cause de doença que asspeite is there on board or has there been during the vivyage any case of disc of an infectious nature? Y artid b bord dece sud or matulie suspectes abovir un caracter cos		
cours do wyage? His presentemente desantes a bordo? Si there any sick person on board mow? Ya e'il actualement des maddes a bord?	one which you suspect to be a reflect and you have a reflect only on a reflect and you have	
N." a) INÍCIO DA VIACEM EM// 19 Wygage starting on	rom (port) su port de	
DECLARO QUE ESTAS INFORMAÇÃ COM A VERDADE. Thereby declare these answers correct to the best of my know Je declare ces réponses conformes a la verité.		
a) Autoridade do porto de entrada b) Assinatura e carimho do representante (a mytoridade do corto de o	O COMANDANTE The captain - Le commandant	

	FRENTE	VERSO	
GENERAL.	ÇÕES GERAIS INFORMATION INS GENERALES AUTORID. DE CONTROLE DE FRONTEIRAS	OBSERVAÇÕES NOTES	
NOME- Name - Nom	PORTO E NÚMERO DE REGISTO		
	Port and N°. of Register - N°. et port d'attache		
NACIONALIDADE - Nationality - Nationalité			
PROPRIETÁRIO -Owner - Proprietaire	TIPO - Type		
1 KO1 IdE 17 do - Owier - Fronteau	WOTONDA - Auress - Habitet		
EMBARCAÇÃO - Boat - Bateau	MOTORES - Motor - Moteur		
MARCA - Mark - Marque	NÚMERO - Nº.		
ANO DE CONSTRUÇÃO - year of construction -			
année de construction	MARCA - Mark - Marque		
tout	POTÈNCIA - Power -Puissance (KW)		
AS PESSOAS EMBARCADAS PERSONS OF			
	Nacionalidade - N.º de Passaporte		
NOME - Name - Nom	Nationality – Passport N. Nationalité – N.* du Passenort		
	Nationality 18, of Passenini		
Há ou houve a burdo durante a viagem casos de duença que suspeite	ser do cardeter contagioso? Sim - Yes - Oui Não - Not - Non		
Is there on board or has there been during the voyage any case of di- of an infectious nature?	sease which you suspect to be		
of an infectious nature? Y a-t-il à bord des cas de maladie suspectées d'avoir un caracter et	158		
cours du voyage?	San y Charles Cash		
Há presentemente doentes a bordo?	sense which you suspect to be to be subjected to see a still be subjected to see a sti		
Is there any sick person on board now? Y act if actuallement desimalades a bord?	3		
T is fill actuallement des malades a bord?			
V." a)	Em / / 19		
NICIO DA VIAGEM EM// 19	NO PORTO DE		
Ayage starting on niciation do voyage au	From (port) Au port de		
	b)		
DECLARO QUE ESTAS INFORMAÇ	ÕES SÃO CORRECTAS E CONFORMES		
COM A VERDADE.			
	wledge and belief.		
hereby declare these answers correct to the best of my kno			
hereby declare these answers correct to the best of my kno	O COMANDANTE		
heroby declare these answers correct to the best of my kac to declare ces réponses conformes à la zerité.	O COMANDANTE The captain – Le commandant		
	The captain - Le commandant		

	FRENTE	VERSO
GENERAL, I	ÖES GERAIS CÓPIA N.º 3 ***PORMATION** NS GENERALES AUTORID. SANITÁRIA ***********************************	OBSERVAÇÕES NOTES
NOME-Name - Nom NACIONALIDADE - Nationality - Nationalité PROPRIETÁRIO - Owner - Proprietaire	PORTO E NÚMERO DE REGISTO Port and Nº. of Register - Nº. et port d'attache TIPO - Type MORADA - Adress - Habiter	
EMBARCAÇÃO - Boat - Bateau MARCA - Mark - Marque ANO DE CONSTRUÇÃO - year of construction - année de construction COMP, CASCO - Length overall - longueur hors tout DAS PESSOAS EMBARCADAS - PERSONS ON	MOTORES - Motor - Moteur NÚMERO - Nº MARCA - Mark - Marque POTÊNCIA - Power - Puissance (KW)	
NOME - Name - Nom	Nacionalidade - N.º de Passaporte Nationality - Passport N. Nationality - N.º du Passeport	
His on house a hoods durante a vingent casos the docting que suspeite to better on housel or has there been during the vivyage any case of disc; an infectious rature? Y act-til il housel deer cas de midade suspecides (Favoir un caracter cont conside vivyage? Limitation of the case of the control of the	use which you suspect to be	
Iniciation du voyage au A	NO PORTO DE	
DECLARO QUE ESTAS INFORMAÇÕ COM A VERDADE. 1 hereby declare these answers correct in the best of my know Je declare ces réponses conformes a la verité.	ES SÃO CORRECTAS E CONFORMES ledge and belief.	
a) Autoridade do porto de entrada b) Assinatura e carimbo do representante da autoridade do porto de es	O COMANDANTE The captain - Le commandant	

Portaria n.º 731/96

de 11 de Dezembro

Manda o Governo, pelo Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, que, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma carta inteira da emissão «Pelos Direitos do Povo de Timor», alusiva ao Prémio Nobel da Paz — 1996:

Taxa: 47\$:

Autor: José Brandão; Impressor: Litografia Maia;

1.º dia de circulação: 12 de Novembro de 1996;

Tiragem: 100 000 exemplares.

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Assinada em 21 de Novembro de 1996.

O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Despacho Normativo n.º 53/96

Considerando que o investimento na criação ou remodelação e modernização de postos de informação turística é um factor imprescindível para o desenvolvimento turístico:

Considerando o limite temporal de tal investimento, para efeitos de financiamento pelo Fundo de Turismo, imposto pelo n.º 3 do Despacho Normativo n.º 30/95, de 17 de Junho;

Considerando que se mantém o interesse na concessão dos apoios financeiros previstos para os postos de turismo:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 149/80, de 23 de Maio, e no exercício da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 70/96, de 13 de Maio, do Ministro da Economia, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 30 de Maio de 1996, determino o seguinte:

É prorrogado por um ano o prazo a que alude o corpo do n.º 29 do anexo ao Despacho Normativo n.º 469/94, com as alterações introduzidas pelo n.º 3 do Despacho Normativo n.º 30/95, de 17 de Junho.

Ministério da Economia, 15 de Novembro de 1996. — O Secretário de Estado do Comércio e Turismo, *Jaime Serrão Andrez.*

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS, DA EDUCAÇÃO, PARA A QUALIFICAÇÃO E O EMPREGO E DO AMBIENTE

Portaria n.º 732/96

de 11 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 70/93, de 10 de Março, ao revogar o Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, passou a estabelecer e a disciplinar o regime de criação, organização e funcionamento das escolas profissionais no âmbito do ensino não superior.

Assim, para além de uma perspectiva de desenvolvimento de um sistema de aprendizagem e de formação profissional inserida no mercado de emprego, importa, desde logo, promover a formação profissional enquanto modalidade especial de educação escolar, em conformidade com o disposto na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro — Lei de Bases do Sistema Educativo.

Neste alcance e no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido nos referidos diplomas, torna-se necessário criar os cursos que, para além dos existentes, poderão funcionar nas escolas profissionais criadas ao abrigo daqueles diplomas.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 8.º

do Decreto-Lei n.º 70/93, de 10 de Março:

Manda o Governo, pelos Ministros da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Educação, para a Qualificação e o Emprego e do Ambiente, o seguinte:

1.º É criado o curso profissional de Técnico de Turismo Ambiental e Rural, de nível secundário, cujo plano de estudos consta do anexo 1 à presente portaria

e dela faz parte integrante.

2.º O curso aprovado no número anterior funciona em regime diurno.

3.º Têm acesso ao curso aprovado pela presente portaria os alunos nas condições referidas no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 70/93, de 10 de Março.

4.º A conclusão com aproveitamento do curso aprovado no n.º 1.º confere um diploma de nível 3 de qualificação profissional equivalente ao ensino secundário.

Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Educação, para a Qualificação e o Emprego e do Ambiente.

Assinada em 21 de Novembro de 1996.

O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Fernando Manuel Van-Zeller Gomes da Silva. — O Ministro da Educação, Eduardo Carrega Marçal Grilo. — A Ministra para a Qualificação e o Emprego, Maria João Fernandes Rodrigues. — A Ministra do Ambiente, Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira.

PLANO CURRICULAR

Curso de Técnico de Turismo Ambiental e Rural

	Disciplinas		Cargas horárias anuais			
Componentes de formação			2.° (11.°)	3.° (12.°)	Total Disc.	
Sócio-cultural	Português Língua Estrangeira I Área de Integração	100 100 100	100 100 100	100 100 100	300 300 300	

	Disciplinas		Cargas horárias anuais			
Componentes de formação			2.° (11.°)	3.° (12.°)	Total Disc.	
Científica	Língua Estrangeira II Geografia História	80 120 100	80 120 100	80 120 100	240 360 300	
Técnica, tecnológica e prática	Ecologia e Ordenamento do Território Agricultura Portuguesa Biologia Aplicada Turismo/Marketing Turístico Técnicas de Gestão Técnicas de Acolhimento e de Animação Projecto Total de horas ano/curso	80 80 100 120 120 100 -	80 60 60 100 100 100 100	80 60 - 100 100 100 160	240 200 160 320 320 300 260	



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85 ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e Regiões Autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 72\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICAS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 1050 Lisboa Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135
 Telef. (01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16 1050 Lisboa Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94
- Avenida de António José de Almeida 1000 Lisboa (Centro Comercial S. João de Deus, lojas 414 e 417)
 Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco 1070 Lisboa (Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
 Telef. (01)387 71 07 Fax (01)384 01 32
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 4050 Porto Telef. (02)31 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 3000 Coimbra Telef. (039)269 02 Fax (039)326 30